

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4772/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestora no acompanhamento da execução do convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e o Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul (PGA nº 09.2023.00006605-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4773/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestora no acompanhamento da execução do convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e o Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul (PGA nº 09.2023.00006609-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4787/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2616/2023-PGJ, de 29.5.2023, com redação dada pela Portaria nº 3767/2023-PGJ, de 10.7.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta: “no período de 26.7 a 4.8.2023”, passe a constar: “no período de 28.7 a 6.8.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4774/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 28.8 a 10.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4775/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal (1) da comarca de Dourados no período de 28.8 a 10.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4776/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, no período de 18 a 29.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4777/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4778/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 48ª Zona Eleitoral no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4729/2023-PGJ, DE 1º.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3100/2023-PGJ, de 16.5.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta: “no período de 14.8 a 2.9.2023”, passe a constar: “nos períodos de 14 a 24.8.2023 e 4 a 12.10.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4789/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 1º Promotor de Justiça de Maracaju, Daniel Pivaro Stadniky, a residir na comarca de Dourados, nos termos do artigo 2º, §§ 3º, inciso III, e 4º, da Resolução Conjunta nº 1/2021-PGJ/CGMP, de 1º de fevereiro de 2021, e do artigo 129, § 2º, da Constituição Federal (PGA nº 09.2023.00007928-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4795/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui 1 (um) dia de compensação no dia 6.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão em 2021, nos termos dos artigos 33 e 36 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4799/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 15.9.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4796/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 5 (cinco) dias de compensação no período de 18 a 22.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão em 2021 e 2022, nos termos dos artigos 33 e 36 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4788/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 2 (dois) dias de compensação nos dias 26 e 27.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão integrado em 2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4801/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0804728-14.2018.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Cível da comarca de Campo Grande no dia 27.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4802/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Itaquiraí no dia 6.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4797/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 4 (quatro) dias de compensação no período de 26 a 29.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão em 2022, nos termos dos artigos 33 e 36 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4803/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara Cível da comarca de Nova Andradina nos dias 12 e 13.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4804/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Sete Quedas, conforme segue:

MEMBRO	DATA
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	13.9.2023
Luiz Gustavo Camacho Terçariol	18.9.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4798/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 25.9.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4805/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 6ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Campo Grande no dia 13.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4806/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 5.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4808/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí no período de 11.9 a 9.11.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4809/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Chapadão do Sul no dia 5.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4810/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Autos nº 0801609-31.2023.8.12.0046, em trâmite na 1ª Vara da comarca de Chapadão do Sul, no dia 4.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 4811/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Autos nº 0801486-33.2023.8.12.0046, em trâmite na 1ª Vara da comarca de Chapadão do Sul, no dia 4.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4812/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande no dia 28.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4800/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4705/2023-PGJ, de 31.8.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de setembro de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
18 (19h01min) a 25.9.2023 (11h59min)	4ª PJ de Naviraí	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
<b>REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO</b>			
11 (19h01min) a 18.9.2023 (11h59min)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036

- Passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
18 (19h01min) a 25.9.2023 (11h59min)	PJ de Itaquiraí	Janaina Scopel Bonatto	99226-9390
<b>REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO</b>			
11 (19h01min) a 18.9.2023 (11h59min)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	99262-5419

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 4790/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pelo Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2023.00009258-8):

Contribuição	Tempo	Período	Cargo/Função	Empregador
São Paulo Previdência - SPPREV	6 anos (2.187 dias)	8.8.2005 3.8.2011	a Escrevente Técnico Judiciário	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4794/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar o Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho para compor a Comissão Permanente de Ética dos Conselhos Tutelares de Campo Grande, COPECT; e revogar a Portaria nº 4442/2019-PGJ, de 29.11.2019.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4842/2023-PGJ, DE 12.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, Lívia Carla Guadanhim Bariani e Luciana do Amaral Rabelo para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0902620-44.2023.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4785/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE004180, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2) Fiscal Administrativa – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2023.00008948-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4786/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo do Corpo Técnico de Contabilidade e Economia, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Grupo de Trabalho do Projeto “#SomosTodosControleInterno” a partir de 1º.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0069/2023/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2022.00000573-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 31 de agosto de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0070/2023/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2023.00003627-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 11 de setembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4814/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Fabiana Pereira da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 17 a 25.7.2023; e revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 1657/2022-PGJ, de 11.4.2022.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4815/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Lucas Fernandes Nogueira Brandolis, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado 2, Gaeco 2, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços ao Gaeco 4 no período de 11 a 20.9.2023, em razão de afastamento da servidora Larissa Almada Feitosa Borges, Assessora Jurídica.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1032/2023-PGJ, DE 12.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Renan da Silva Ovando, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.3.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1033/2023-PGJ, DE 12.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1568/2022-PGJ, de 29.11.2022, que concedeu férias ao servidor Rafael Tosi de Carvalho, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 27.9 a 6.10.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.6.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1034/2023/PGJ, DE 12.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-50/2023-PGJ, de 13.1.2023, que concedeu férias à servidora Cristiane Conceicao Rocha, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.10.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.11.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1035/2023/PGJ, DE 12.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luciana Aguiro Rivas Cavassa, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1036/2023/PGJ, DE 12.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Gleydson Urbano de Almeida, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.10 a 1º.11.2023, de 4 a 13.12.2023 e de 11 a 20.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1037/2023/PGJ, DE 12.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-978/2023-PGJ, de 23.8.2023, que concedeu férias à servidora Stella Trota, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 20.11 a 19.12.2023", passe a constar: "a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.1.2024 e de 8 a 17.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1038/2023/PGJ, DE 12.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Anderson Brandão Batistoti, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 17ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2023.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001546-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007925-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007519-6.

**2. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001194-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002527-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002967-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003099-1.

**3. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006152-1.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004805-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004802-6.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010259-9.

**6. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005913-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010860-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011670-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012032-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000469-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002020-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002746-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008335-6.

**7. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008479-9.

**8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006316-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009064-6.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005218-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003535-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005216-3.

**1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****1.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00008568-7:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000572-1.  
Inquérito Civil nº 06.2019.00000058-5.  
Inquérito Civil nº 06.2019.00001284-8.  
Inquérito Civil nº 06.2020.00001329-1.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000077-1.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000289-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001239-2.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001386-9.

**Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000217-6.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000281-4.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000392-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001386-9.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000415-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000418-9.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000490-1.

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000495-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000563-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000579-9.

**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000627-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000730-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000637-6.

**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000724-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000329-4.

**1.2.2. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00008566-5:****16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001023-5.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001952-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000217-2.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001164-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000121-8.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000067-1.

**Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000307-1.

**25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000635-7.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000691-3.

**76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000751-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000308-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000086-3.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001322-5.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000276-5.

**Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000469-6.

**3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001342-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001390-7.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000297-3.



**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001515-0.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001193-1.

**Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000286-9.

**Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000530-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000566-6.

**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000624-3.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000629-8.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000632-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000638-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000660-0.

**7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000373-9.

**1.2.3. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006823-3:****16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00001467-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001210-7.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001007-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000759-6.

**67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001962-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001636-2.

**11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000007-4.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000167-3.

**34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000280-6.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000453-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000633-5.



Inquérito Civil nº 06.2021.00000234-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000707-8.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000787-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001002-8.

**4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001145-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001241-5.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000110-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000148-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000150-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000279-8.

**3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000769-3.

**25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001265-2.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000295-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000377-9.

**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000405-6.

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000406-7.

**30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000028-6.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000090-9.

**29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000212-9.

**1.2.4. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00008570-0:**

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000258-0.  
Inquérito Civil nº 06.2019.00001536-7.  
Inquérito Civil nº 06.2020.00000350-5.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000070-5.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000085-0.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000422-3.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000567-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002727-0.  
Inquérito Civil nº 06.2021.00000073-4.  
Inquérito Civil nº 06.2021.00000299-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001075-0.  
Inquérito Civil nº 06.2021.00000310-9.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000309-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000418-5.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000673-2.

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000499-0.

**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000630-0.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000631-0.  
Inquérito Civil nº 06.2022.00000633-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000687-6.

**3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000197-4.

**7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000290-7.

**8ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000460-5.

**2. Ordem do dia:**

**2.1. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrado na fase judicial, submetido à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000318-0 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande

**Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto**



## **2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

### **2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:**

#### **1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00003197-9 – SIGILOSO**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

### **2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003008-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Homero Pires Diacópulos (Fazenda Creta)

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais na Fazenda Creta, situada no município de Miranda-MS, consistentes em destruir e danificar de 37,53 hectares de florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, sem autorização ambiental, conforme Parecer n.º 309/17 e Parecer Técnico n.º 17/18, cujo desmatamento se deu em vegetação secundária no estágio inicial de regeneração do bioma Mata Atlântica.

**Advogados: Alarico David Medeiros Jr. – OAB/MS nº 3.546 e Paula Evelline da Silva Ferreira – OAB/MS nº 11.624.**

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000342-7**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: CESP - Companhia Energética de São Paulo

Assunto: Apurar notícia de dano ambiental pelo assoreamento na propriedade rural denominada "Fazenda Mutum" em decorrência da inexistência de barragem de contenção nas margens com o Lago da UHE Sérgio Motta (Rio Paraná).

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001049-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Waltezer Scherer

Assunto: Apurar a supressão vegetal de 2,5 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Paraíso, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 010038/2022.

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000371-7**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Consórcio Contorno de Três Lagoas em parceria com as empreiteiras Engenex Construções e S.A. Paulista

Assunto: Apurar possível dano ambiental por suposta captação de água sem autorização no Córrego Gigante e Afluente do Córrego Palmito, localizado na BR-262, KM 25.5, sentido Três Lagoas Campo Grande.

### **2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001598-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: João Antônio da Silva e João Antônio Moreira da Silva

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento em área de vegetação nativa, possivelmente ilegal, constatado através do Parecer nº 343/19 do NUGEO, somando 4,93 hectares.

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001099-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vanderlei Gonzaga da Silva

Assunto: Apurar a ocorrência de ilícito ambiental, consistente na queima controlada de galhadas, em desacordo com a legislação ambiental vigente, tendo em vista que estaria em vigor a Portaria IMASUL n. 1.101, de 03 de junho de 2022, que suspendeu até o dia 31/12/2022 a queima controlada, mesmo em posse da respectiva licença ambiental, cometido por Vanderlei Gonzaga da Silva.

**3. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001559-7**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: DTM Design e Tecnologia em Mobilidade Ltda. (Riva Cycles)

Assunto: Garantia aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor DTM Design e Tecnologia em Mobilidade Ltda. (Riva Cycles), a instalação e disponibilização de itens obrigatórios de segurança, quais sejam, campainha, sinalização noturna e espelho retrovisor do lado esquerdo.

**Retirado de pauta da sessão de julgamento no dia 7.8.2023.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001502-0**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SMS Importação e Exportação Ltda.

Assunto: Garantia aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor "SMS Importação e Exportação Ltda.", a instalação e disponibilização de itens obrigatórios de segurança, quais sejam, campainha, sinalização noturna e espelho retrovisor do lado esquerdo.

**Retirado de pauta da sessão de julgamento no dia 21.8.2023.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000435-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Carlos Ferraz

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de operação de empreendimento potencialmente poluidor sem licença ambiental expedida pelo órgão competente para atividade de barragem em área de reservatório de 01 (um) ha até 10 (dez).

**2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000527-2**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jaime Corrêa e Lourdes de Menezes Gontigio Correa

Assunto: Apurar a regularidade da extração de vegetação nativa, constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", na Fazenda São Martin, em Dourados/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000567-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Augusto Sebastião Rodrigues da Silva e Everaldo Ferreira dos Santos

Assunto: Apurar eventual armazenamento e descarte irregular de embalagens de agrotóxicos, bem como apurar eventuais danos ambientais decorrentes da construção irregular de 550 metros de valeta (drenagem), Autos de infração nº14831 e 14833 (fls. 03 e 14), Laudos de Constatação nº 23851 e 23852 (fls.04 e 15), termo de Apreensão, Depósito e Paralisação nº 08827, todos de lavra do IMASUL, neste município de Bonito - MS.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002967-9**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em licitações realizadas no Município de Laguna Carapã envolvendo as empresas Mega Ponto Com Comercio e Serviços e Of Moura.

**4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001877-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Ivone Pereira Oliveira, Maria Cândida Dias e Elza Pereira Freitas Dias

Assunto: Apurar desmatamento de 1,11 hectares em área de Vegetação Ciliar, na Fazenda Corredeira, em Paraíso das Águas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 418/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000363-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Elias Soares da Silva, Magda Lopes Duarte da Silva e Luara Aya Szucs Azevedo Rahin Ibrahim

Assunto: Apurar desmatamento de 19,90 hectares em área de Savana (Cerrado) – Florestada (Cerradão), na Fazenda Rouxinol, em Batayporã, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 498/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000833-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar eventual irregularidade em procedimento licitatório envolvendo o Município de Miranda/MS e as empresas Vast Soluções Administrativas e Sette Soluções Administrativas.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001027-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tadeu Gurkewicz

Assunto: Realizar o diagnóstico da nascente do Rio Sacarón, adotar medidas para a recuperação da área de preservação permanente e apurar responsabilidades.

**8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000060-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Shirley Martins Cres

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Rural denominada Fazenda Santa Olga, em razão da ocorrência de exploração irregular de vegetação pertencente à Área de Reserva Legal, conforme descrito no Auto de Infração IMASUL n. AI011746/2022.

**9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000610-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Maria Aparecida Borges Stella

Assunto: Laudo Técnico n.º 214/21/NUGEO, Relatório de Fiscalização Ambiental n.º 059/2ª CIA PMA/BPMA/2022 e Parecer n.º 389/22/NUGEO: solicitar a proprietária do imóvel rural “Fazenda Taimá”, matrícula n.º 15.939, CARMS0055917, a adoção de medidas preventivas aos incêndios, devendo elaborar, atualizar e implementar plano de contingência para combate aos incêndios florestais.

**2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000020-9 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001633-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lucila Fagundes Faria

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda São Paulo de propriedade de Lucila Fagundes Faria, às margens do Rio Apa.

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001253-7**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Guarujá LTDA, Ricardo Drews

Assunto: Apurar o desmatamento ilegal de aproximadamente 4,06 hectares na Fazenda Buriti do Cervo, localizada em Campo Grande/MS.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000363-5**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ausência de inscrição da propriedade rural denominada Fazenda Ijuí, matrícula 74.610, no Cadastro Ambiental Rural, em evidente descumprimento do artigo 29, §3º do Código Florestal.

**5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000031-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Concessionária Águas Guariroba

Assunto: Apurar a existência de extravasamentos de esgoto em via pública.

**2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000368-3 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003471-6 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000088-2 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

**2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:****1. Notícia de Fato nº 01.2023.00004840-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Glaucia Almeida de Moraes

Requerido: A apurar

Assunto: Solicita providências para "invalidar" Lei Complementar Municipal n. 316, de 30 de maio de 2023, do município de Ivinhema/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001126-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: CAOMA - Núcleo Ambiental

Requerido: Edson Lopes Ferreira

Assunto: Analisar o Laudo Técnico n. 166/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental) que informou o desmatamento de 4,72 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Santa Luiza, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

**2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000423-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivanor Reginatto

Assunto: Apurar irregularidade ambiental na Fazenda Santa Marta, consistente na supressão de uma fração dentro de área de preservação permanente.

**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000574-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual superfaturamento no Contrato de Locação Imobiliária nº 029/2022, celebrado pelo Poder Executivo Municipal com o objetivo de locar imóvel para instalação de unidade escolar.



**3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000459-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Carlos Ferraz de Laurentis

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de operar empreendimento potencialmente poluidor sem licença ambiental expedida pelo órgão competente para atividade de barragem com área de reservatório de 01 (um) ha até 10 (dez) ha.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE004377 DE 11.09.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00009485-3**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Souza Alves & Cia Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 048/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 08/PGJ/2022.

Objeto: Fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE004377, datada de 11.09.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00007708-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **HOME OFFICE CADEIRAS LTDA**, representada por **Fabio de Oliveira Salamene**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 182022-2/2022, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 18/2022 do Arsenal de Guerra do Rio – Exército Brasileiro – Ministério da Defesa.

Amparo legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Objeto: Aquisição de material permanente (mobiliário – cadeira diretor com apoio de cabeça), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 100.725,00 (cem mil setecentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023004352, datada de 06.09.2023.

Vigência: 12.09.2023 até 12.09.2024.

Data de assinatura: 12 de setembro de 2023.



## EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005663-7

Notificada: Diluz Comércio de Materiais Elétricos Ltda

DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 11.997.015/0001-92, sediada na Rua Bahia, nº 1369, Loja 1, Vila Marman, CEP: 79.010-241, na cidade de Campo Grande/MS, representada neste ato por Valéria Zan Molinaro, portadora da CNH nº 005XXXXXX65 Detran/MS e do CPF nº 654.xxx.xxx-91, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue e serviço não executado no prazo devido, com fulcro no item 9.1.2 da Cláusula Nona da ARP nº 03/PGJ/2023. A multa corresponde ao valor total de R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos). A empresa poderá recorrer da decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

#### CAMPO GRANDE

### RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0001/2023/31PJ/CGR

Ref. **Inquérito Civil nº 06.2021.00001135-3/31PJCG**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das 29ª, 30ª e 31ª Promotorias de Justiça de Campo Grande/MS, representado pelos Promotores de Justiça subscritores, no uso das atribuições previstas no artigo 127 da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007<sup>1</sup>:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>3</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

<sup>1</sup> Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

<sup>2</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>3</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.



CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00001135-3, registrado para *"Apurar eventuais irregularidades na nova contratação dos serviços de locação de equipamentos e software médicos que estão sendo prestados atualmente no Contrato n. 69/2015, entre a Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul e a empresa HBR MEDICAL Equipamentos Hospitalares Ltda (atual HEALTH BRASIL Inteligência em Saúde Ltda), incluindo o processo licitatório nº 27/002372/2020."*;

CONSIDERANDO que no âmbito da 31.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande, tramitava o Inquérito Civil nº 06.2016.00000701-1, visando *"apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente do Pregão Presencial n. 04/2015 da Secretaria de Estado de Saúde de MS, visando a contratação de empresa especializada na locação da infraestrutura completa para implantação da Rede Digital de Imagens Estadual (REDIME) nos municípios de MS"*.

CONSIDERANDO que, apesar das inúmeras irregularidades constatadas e evidenciadas, o prazo de duração do Contrato nº 069/2015-SES (resultante do Pregão Presencial nº 004/2015), que a princípio seria de 48 (quarenta e oito) meses (artigo 57, inciso VI, da Lei n. 8666/92) por se tratar de aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática, acabou sendo alterado para 60 (sessenta) meses (artigo 57, inciso II, da Lei n. 8666/92), sob a justificativa da SES de que se tratava de serviço de natureza contínua.

CONSIDERANDO que ao justificar a prorrogação do prazo (de 48 meses para 60 meses) por se tratar de serviço de natureza contínua, a própria Secretaria Estadual de Saúde fez consulta ao TCE-MS (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo n. TC/7294/2019), que respondeu consignando prazo MÁXIMO de 60 meses, deliberação esta que inclusive constou no 7º Termo Aditivo ao Contrato n. 69/2015, assinado em 05.11.2019 pelo então Secretário Estadual de Saúde e pela empresa contratada.

CONSIDERANDO que, apesar da deliberação do Tribunal Pleno do TCE/MS, o então Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Resende Pereira, autorizou em 21.10.2020 a *"celebração do 10º Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 069/2015 – GCONT 5641, EM CARÁTER EXCEPCIONAL pelo prazo de até 12 (doze) meses, para a continuidade do serviço de locação com a empresa HEALTH BRASIL INTELIGÊNCIA EM SAÚDE LTDA, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2015-SES, nos termos do art. 57, §4º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, (...)"* (vide fl. 5.112 do Processo nº 27/001503/15);

CONSIDERANDO que, no dia 21 de outubro de 2020, na autorização de prorrogação do Contrato nº 069/2015, o então Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Resende Pereira assevera que *"se encontra em andamento o procedimento licitatório substitutivo deflagrado nos autos do Processo n. 27/002372/2020, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na locação de infraestrutura completa para a implantação de Rede Digital de Imagens Estadual (REDIME), através da locação de modalidades médicas, software PACS, infraestrutura de TI."*; (vide fl. 5.112 do Processo nº 27/001503/15);

CONSIDERANDO que, em 08 de dezembro de 2020, o MPE, por intermédio das 29.<sup>a</sup>, 30.<sup>a</sup> e 31.<sup>a</sup> Promotorias de Justiça do Patrimônio Público de Campo Grande, expediu-se a Recomendação Conjunta nº 01/2020/PJ/CGR, para o então Secretário de Estado de Saúde Geraldo Resende Pereira (da SES), e para a Secretária de Estado de Administração e Desburocratização Ana Carolina Araújo Nardes (da SAD), que, em síntese, fossem adotadas todas as providências cabíveis PARA CELERIDADE DO PROCESSO visando a contratação de empresa para continuidade dos serviços fornecidos pelo então Contrato nº 069/2015-SES, quanto a na locação da infraestrutura completa para implantação da Rede Digital de Imagens Estadual (REDIME) nos municípios de MS (fls. 125/141 destes autos).

CONSIDERANDO que, em 12 de janeiro de 2021 aportou na 31ªPJ, ofício oriundo do então Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Resende Pereira, em resposta à aludida Recomendação, asseverando que *"têm sido adotadas as medidas cabíveis para garantir a celeridade do referido processo de contratação"* (fl. 163 destes autos);

CONSIDERANDO que, em 21 de maio de 2021, passados mais de 120 dias da informação anterior, o então



Secretário de Saúde, Geraldo Resende Pereira, encaminhou ofício dizendo que a nova licitação "encontrava-se em fase final de elaboração" (fl. 523 destes autos).

CONSIDERANDO o Ofício n. 7630/GAB/SES/2021, datado de 09 de novembro de 2021, passados mais de 180 dias da informação anterior, da lavra do então Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Resende Pereira, encaminhado à empresa Health Brasil, solicitando "a continuidade da prestação dos serviços objeto do Contrato nº 69/2015, mediante um abatimento proporcional (desconto) de seu valor, pelo prazo de 120 (cento e vinte dias)." (fl. 786). Portanto, o "eterno" contrato que teria vencido em 05 de novembro de 2021 (6 anos), foi ilicitamente prorrogado até 05.03.2022.

CONSIDERANDO que em 08 de Dezembro de 2021, o Ministério Público Estadual protocolou DENÚNCIA, e em 10 de Dezembro de 2021 protocolou SEQUESTRO DE BENS MÓVEIS e IMÓVEIS, relativos a fatos oriundos do Contrato nº 69/2015 (Pregão Presencial nº 04/2015 - Processo nº 27/001.503/2015) – Autos nº 0902578-63.2021.8.12.0001 (1ª Vara Criminal de Campo Grande).

CONSIDERANDO que em 18 de Janeiro de 2022, o Ministério Público Estadual protocolou AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, e em 25 de Janeiro de 2022 protocolou AÇÃO CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS, relativos ao Contrato nº 69/2015 (Pregão Presencial nº 04/2015 - Processo nº 27/001.503/2015) – Autos nº 0900324-83.2022.8.12.0001 e 0915848-23.2022.8.12.0001 (2ª Vara de Direitos Difusos, Homogêneos e Individuais Coletivos de Campo Grande).

CONSIDERANDO que em 1º de Fevereiro de 2022, sobreveio o Ofício n. 332/GAB/SES/2022, da lavra do então Secretário Estadual de Saúde, Geraldo Resende Pereira, em resposta a ofício do MP, informando que o Processo Licitatório nº 27/002372/2020, instaurado há 485 (QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO) dias para contratação de empresa em substituição ao Contrato fraudulento nº 69/2015 havia sido arquivado, bem como informando que, após 418 (QUATROCENTOS E DEZOITO DIAS) da emissão da aludida Recomendação Conjunta expedida pelo Ministério Público mostrando a inércia da Secretaria Estadual de Saúde, outro Processo Administrativo teria sido instaurado (nº 27/008132/2021) – fls. 1067/1068 do presente Inquérito Civil.

CONSIDERANDO que em 08 de Março de 2022, após mais uma vez ser indagado sobre cópias do antigo processo licitatório (27/002372/2020) e sobre cópias do atual processo licitatório (27/008132/2021), sobrevém o Ofício n. 1036/DGAS/GAB/SES/2022, subscrito pelo então Secretário Estadual de Saúde, Geraldo Resende Pereira, informando que: a) O processo licitatório (27/008132/2021) foi finalizado e arquivado na fl. 367 do referido processo – fl. 1029 do presente Inquérito Civil (não há qualquer ato decisório ou documento formalizando o arquivamento!!!); b) O processo licitatório (27/008132/2021), instaurado em 22 de Setembro de 2021 pelo então Secretário Estadual de Saúde, Geraldo Resende Pereira (fl. 1259 do presente Inquérito Civil), não foi autuado e formalizado (vide fls. 1099/1259), tendo apenas o encaminhamento de cópias de Autorização na Demanda, sendo que o ETP e o RT estariam em elaboração juntamente com a Secretaria de Administração (fl. 1093).

CONSIDERANDO que em 11 de abril de 2022, sobreveio o Ofício n. 2465/AAM/GAB/SES/2022 (fls. 1325/1326), subscrito pelo então Secretário de Estado de Saúde, Flávio da Costa Britto Neto, informando que, de fato, os serviços decorrentes do Contrato nº 69/2015-SES, estão sendo executados em razão de periódicos "Reconhecimentos de Dívida", por parte da Administração Pública Estadual, conforme se verifica nos documentos de fls. 1359/1376.

CONSIDERANDO que em 07 de novembro de 2022, a empresa HEALTH Brasil Inteligência em Saúde Ltda apresentou resposta a este *Parquet*, asseverando que "Segundo o Estado, através de seus dirigentes, as confissões de dívida devem terminar até o início de Dezembro de 2022, pois depende da finalização do processo de licitação e da instalação do novo parque de máquinas, quando então as atuais máquinas poderão ser desligadas e retiradas, cessando o serviço hoje prestado pela empresa" (fl 1850).

CONSIDERANDO que, este *Parquet* se deparou com o Contrato nº 443/2022 – GCONT 20484 (juntado às fls. 1912/1917) que, em tese, mantém os serviços prestados com a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos e softwares para implantação da RUE, COM OS MESMOS VÍCIOS previstos na contratação anterior e que ensejou Ação Penal e Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa, ambas em trâmite.

CONSIDERANDO que, não obstante as ações judiciais promovidas em face da empresa HBR Medical Equipamentos Hospitalares (alterada para HEALTH BRASIL Inteligência em Saúde Ltda), por atos de improbidade



administrativa, em suma, por FRAUDE A LICITAÇÃO E SOBREPREÇO, o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul/SES, celebrou o Contrato n. 443/2022 – GCONT 20484, com a empresa HEALTH BRASIL Inteligência em Saúde Ltda, objetivando a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos e software (PACS) para implantação da RUE (Rede de Atenção às Urgências e Emergências).

CONSIDERANDO que restou identificado que o Contrato n. 443/2022 é oriundo do procedimento licitatório nº 27/008886/2022, juntado às fls. 3108/6683 dos presentes autos e que nele há OS MESMOS VÍCIOS oriundos do contrato inicial, ou seja, contratação em único lote, ao invés da divisão do objeto da licitação, inviabilizando a concorrência e direcionando a licitação.

CONSIDERANDO que restou identificado no procedimento licitatório nº 27/008886/2022 a alteração da equipe responsável pelo planejamento da contratação e elaboração do ETP, a qual vinha apresentando estudos que indicavam que a aquisição de equipamentos seria mais viável do que a locação, entretanto teria ocorrido alteração abrupta da equipe por parte do então Secretário de Estado de Saúde de MS, Flávio da Costa Britto Neto.

CONSIDERANDO que restou identificado no procedimento licitatório nº 27/008886/2022 que vários integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação assinaram as conclusões "*pro forma*", não chegando à conclusão descrita como "coletiva" para a contratação por lote único.

CONSIDERANDO que foram realizadas vistorias em vários locais onde o serviço contratado é realizado (Unidades de Saúde) e constatou-se que há equipamentos pertencentes à empresa vencedora do certame (Health Brasil Inteligência em Saúde) e também equipamentos pertencentes às próprias Unidades de Saúde, o que revela a desnecessidade de contratação por lote único, situação que encarece o serviço, direciona a licitação e restringe a competitividade.

CONSIDERANDO que a escolha do lote único serviu para, mais uma vez, encarecer o produto, direcionar a licitação e restringir a competitividade.

CONSIDERANDO que restou demonstrado neste LONGO CAMINHO de investigações, desde o ano de 2016, ser mais célere e viável um processo licitatório em lotes separados (equipamentos médico-hospitalares, equipamentos de hardware e equipamentos de software), bem como ser mais econômico e que permite um maior número de concorrentes interessados, o que não vem ocorrendo no Estado de Mato Grosso do Sul, na área em discussão.

CONSIDERANDO que o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, o que prevê o término do contrato em 22 de novembro de 2023 e que eventual prorrogação se trata de mera liberalidade do contratante Estado de Mato Grosso do Sul (Vide Cláusula Décima Segunda do Contrato).

CONSIDERANDO que, antes da adoção de providências judiciais, se mostra pertinente oportunizar aos gestores a adoção de todas as medidas administrativas necessárias para suprimir toda e qualquer irregularidade nas contratações públicas, com base no poder de autotutela da Administração Pública.

RESOLVEM, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:

#### R E C O M E N D A R:

À Secretaria de Estado de Saúde (SES) de Mato Grosso do Sul, na pessoa do Secretário Estadual de Saúde Maurício Simões:

1) Que não prorrogue o Contrato nº 443/2022 – GCONT 20484, firmado com a empresa HEALTH BRASIL INTELIGÊNCIA EM SAÚDE LTDA, eis que oriundo dos vícios acima mencionados e cujo encerramento ocorrerá em 22 de novembro de 2023;

2) Que inicie, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências para novas contratações através de procedimento licitatório, observando:

2a) Seja por meio de aquisição de equipamentos, seja por meio de locação, o novo procedimento licitatório deverá ser realizado por lotes separados, já que comprovada a desnecessidade e a ilegalidade em realizar contratação de bens diversos (equipamentos médico-hospitalares – raio x, mamografia, ressonância magnética, ultrassom, etc;





equipamentos de hardware - máquina de xerox, tela de computador, nobreak, switch, etc; e equipamentos de software - PACs e RIS) através de um lote único, o que gera direcionamento da licitação e sobrepreço.

2.b) Seja consignado no novo procedimento licitatório: Orçamento detalhado em planilhas com a composição de todos os custos unitários da contratação. Estudo técnico detalhado em planilhas com a composição de todos os custos unitários de eventual aquisição dos equipamentos e serviços referidos (incluindo especialmente a manutenção preventiva e corretiva), a fim de comprovar a viabilidade e economicidade da modalidade escolhida. Consultas às empresas fabricantes e representantes dos equipamentos e produtos a serem locados (.Ex. Siemens, Philips, GE Healthcare, Toshiba, Cânon, Konica, Sansumg, Fujifilm, Pixeon, Lenovo, etc), sobre os preços de aquisição de novos equipamentos, garantias dos equipamentos e produtos oferecidos pelo fabricante, a inclusão de manutenção preventiva e corretiva, a inclusão de troca de peças e a possibilidade de aquisição dos equipamentos com acompanhamento do Sistema para Armazenamento de Imagens (PACS – *Picture Archiving and Communication System*).

2.c) Caso opte pela locação, que seja alterado o tipo de adjudicação do Pregão Eletrônico para menor preço por item (e não preço global), eis que, primeiro, tal forma restringe a competição considerando que o mercado trabalha usualmente por segmentos de equipamentos, o que gera a economicidade almejada pela Lei n. 8666/93 e pela Lei n. 14.133/2021; segundo, ainda restringe a competição apenas àquelas empresas que possuam mais de uma atividade (locação de equipamentos médico-hospitalares, infraestrutura de tecnologia da informação, fornecimento de software e realização de obras físicas de infraestrutura).

Solicita-se que informe a estas Promotorias de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, o acatamento desta Recomendação, discriminando, em caso afirmativo, todas as medidas adotadas, com a apresentação desde logo de eventual documentação pertinente.

Esclarece-se que o descumprimento desta Recomendação poderá dar ensejo à interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Por fim, DETERMINAMOS as seguintes providências:

- 1) encaminhe-se o teor deste expediente ao Exmo. Secretário Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul, mediante recibo por escrito, para conhecimento e adoção das providências cabíveis em sua área de atribuição.
- 2) encaminhe-se o teor deste expediente ao Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, para conhecimento.
- 3) encaminhe-se o teor deste expediente ao Exmo. Controlador-Geral do Estado, para conhecimento e adoção das providências cabíveis em sua área de atribuição.
- 4) Encaminhe-se o teor deste expediente ao CES/MS – Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul, para conhecimento e para que seja dada ciência a todos os membros do referido Conselho.
- 5) Encaminhe-se o teor deste expediente ao Exmo. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, para conhecimento e providências que entender cabíveis.
- 6) Encaminhe-se cópia do expediente para o setor de publicação do DOMP, para cumprimento das normas de publicidade da presente Recomendação.
- 7) Encaminhe-se, por fim, cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução n. 015/2007/PGJ-MS.

Cumpra-se.

Campo Grande-MS, 07 de agosto de 2023.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE

Promotor de Justiça

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social

FABIO IANNI GOLDFINGER

Promotor de Justiça

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social

**EDITAL N. 0028/2023/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000918-8

REQUERENTE: 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.

REQUERIDO: Associação Beneficente de Campo Grande – Hospital Santa Casa.

ASSUNTO: *Apurar as irregularidades nos setores de Atenção Materno-Infantil e Unidade de Alimentação e Nutrição na Associação Beneficente de Campo Grande – Hospital Santa Casa, constatadas em vistoria pela Vigilância Sanitária Estadual, conforme Relatório Técnico de Inspeção n. 046/2023.*

Campo Grande, MS, 06 de setembro de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**ANGÉLICA**

---

**EDITAL N° 0030/2023/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001027-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais de assoreamento do córrego Piravevê, nas circunscrições do Município de Angélica, os agentes responsáveis possíveis e possíveis medidas mitigatórias da sedimentação.

Angélica, 05 de setembro de 2023

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

---

**CORUMBÁ**

---

**EDITAL N.º 0008/2023/07PJ/CBA**

Autos do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2023.00008347-8

A 7.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas 09.2023.00008347-8, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.633, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Graciele Zório Franco

Assunto: Apurar a prática da infração administrativa descrita no artigo 246, do Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Secretária Municipal de Assistência Social de Ladário/MS.

Corumbá/MS, 11 de setembro de 2023.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça, em Substituição Legal



**RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2023/07PJ/CBA**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008347-8, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Corumbá/MS, com fundamento no artigo 201, §5º, c, da Lei Federal nº 8.069/1990, na Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução nº 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos (art. 129, incisos II e III, da Constituição da República);

CONSIDERANDO caber ao Ministério Público, por força do artigo 201, inciso VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO que é dever do detentor de cargo ou função pública desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 37, *caput*, estabelece os princípios norteadores da Administração Pública, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade determina que “*o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem-comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'*”<sup>5</sup>

CONSIDERANDO que foi instaurado nesta Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008347-8, com o objetivo de apurar a prática da infração administrativa descrita no artigo 246, do Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Secretária Municipal de Assistência Social de Ladário/MS;

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento foi instaurado a partir de ofício encaminhado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Ladário/MS comunicando que, no dia 10/07/2023, a Secretária de Assistência Social do referido município, senhora Graciele Zório, impediu a realização de ação do órgão e do Conselho Tutelar junto ao CRAS de Ladário/MS;

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações prestadas, os conselheiros do CMDCA e do Conselho Tutelar se deslocaram no veículo do Conselho Tutelar ao CRAS, para realização de fiscalização no referido órgão, diante de denúncias recebidas quanto aos atendimentos dispensados às crianças e adolescentes;

<sup>4</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

<sup>5</sup> in Direito Administrativo Brasileiro, 20ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1995, págs. 82/83.



CONSIDERANDO que, todavia, ao chegar ao local foram surpreendidos pela Secretária Gaciele Zório, a qual interpelou os conselheiros sobre o que faziam no local e que não poderiam utilizar o veículo pertencente ao Conselho Tutelar para a referida ação;

CONSIDERANDO que, na ocasião, a Secretária apresentou postura autoritária e grosseira com os servidores, especialmente com o motorista do veículo, constringendo-o e o proibindo de levar os conselheiros do CMDCA para qualquer diligência, ainda que acompanhados de conselheiros tutelares;

CONSIDERANDO a informação de que os conselheiros do Conselho Tutelar e do CMDCA ainda tentaram argumentar e explicar as atividades que seriam realizadas no órgão, todavia a Secretária foi irredutível e entregou a chave do carro da assistência social ao motorista, para que levasse de volta os conselheiros do CMDCA;

CONSIDERANDO que o CMDCA informou que, mesmo após a atitude da Secretária decidiram efetuar a inspeção, todavia sem os conselheiros tutelares que tiveram que deixar o local e, por ficarem sem condução, tiveram que solicitar veículo de aplicativo para retornarem à sede do órgão;

CONSIDERANDO que, não obstante os fatos narrados pelo CMDCA e Conselho Tutelar de Ladário/MS, chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça informações quanto à conduta adotada pela Secretária Municipal de Assistência Social de Ladário/MS no que concerne aos procedimentos em casos de acolhimento de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que, de acordo com o ofício encaminhado pela Casa de Acolhimento Marisa Pagge, foi efetuado o acolhimento da infante K. A. D., após suspeita de estupro de vulnerável supostamente praticado pelo avô paterno da criança;

CONSIDERANDO que, cerca de quatro dias após o acolhimento da infante, compareceram à instituição de acolhimento as técnicas do CREAS de Ladário, senhoras Auriene Guerra e Jacqueline de Campos Rojas, afirmando que foram ao local, à pedido da Secretária de Assistência Social de Ladário/MS, para buscar a criança acolhida e levá-la até o órgão, onde seria ouvida pelas técnicas e pela própria Secretária, sob o argumento de que o acolhimento não possuía técnica para tal função;

CONSIDERANDO que, de acordo com o relatado, a equipe técnica da instituição de acolhimento não liberou a criança, pois a saída de acolhidos da instituição ocorre somente por decisão judicial, orientando para que efetuassem o pedido junto ao Juízo da 1ª Vara Cível;

CONSIDERANDO que, a par da conduta praticada pela Secretária, necessário pontuar que esta tem formação em administração, demonstrando sua inabilitação técnica para atendimento e oitiva de crianças/adolescentes, especialmente acolhidos institucionalmente;

CONSIDERANDO que, de acordo com o relatado acima pelos órgãos de proteção socioassistencial, várias são as condutas praticadas pela Secretária de Assistência Social de Ladário/MS que impedem, dificultam e obstaculizam a ação das equipes no atendimento às demandas do município, especialmente no atendimento às crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que imperioso ressaltar que a ação da Secretária em impedir a realização de fiscalização dos órgãos de proteção implica em infração administrativa descrita no artigo 246, do ECA, além do crime previsto no artigo 236, do ECA;

*Art. 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei:*

*Pena - detenção de seis meses a dois anos.*

*Art. 246. Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento o exercício dos direitos constantes nos incisos II, III, VII, VIII e XI do art. 124 desta Lei:*

*Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.*

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 138/CML/2022, que dispõe sobre o Regime Jurídico Estatutário



dos Servidores Públicos do Município de Ladário/MS, aduz em seu artigo 198, incisos V e X, que é dever do servidor a observância das normas legais e regulamentares, bem como manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

CONSIDERANDO que a referida Lei Complementar dispõe ainda, no artigo 199, inciso IV, ser proibido ao servidor público municipal opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

CONSIDERANDO ainda que, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS, os abrigos institucionais devem possuir, obrigatoriamente, profissional da área de psicologia para atendimentos aos acolhidos e averiguar necessidade de atendimento especializado, o qual deverá ser comunicado ao Juízo competente;

CONSIDERANDO, desta forma, a necessidade de atuação desta Promotoria de Justiça, diante da violação dos princípios e garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

RECOMENDA-SE à Secretária Municipal de Assistência Social de Ladário/MS, Senhora Gaciele Zório Franco, que se abstenha:

1) de interferir no trabalho desempenhado pelas equipes técnicas das Casas de Acolhimento Institucional dos Municípios de Ladário e Corumbá/MS, especialmente no que se refere à oitiva e atendimento dispensado aos acolhidos, diante da inabilitação técnica e da existência de servidores habilitados para realizar tais atividades;

2) de retirar ou requisitar a retirada de crianças e/ou adolescentes das instituições de acolhimento institucional dos Municípios de Ladário e Corumbá/MS, independente das razões, sem prévia comunicação e autorização do respectivo Juízo da Vara da Infância e Juventude;

3) de interferir no trabalho desempenhado pelos órgãos de proteção dos direitos das crianças e adolescentes do Município de Ladário/MS, durante o exercício de suas atribuições previstas na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como demais normativas e regulamentações pertinentes, especialmente inspeções, vistorias e averiguações de denúncias recebidas.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (pelo endereço de e-mail [7pjcorumba@mpms.mp.br](mailto:7pjcorumba@mpms.mp.br)), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por oportuno, oficie-se à Controladoria-Geral do Município de Ladário/MS para conhecimento e adoção das providências cabíveis, notadamente na apuração de eventual falta funcional da Secretária Municipal de Assistência Social.

Oficie-se às Casas de Acolhimento Institucional de Ladário e Corumbá/MS, encaminhando cópia da presente Recomendação, salientando o dever de não permitir que qualquer agente político retire crianças/adolescentes acolhidos da instituição sem prévia autorização judicial.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Município de Ladário/MS, ao Poder Legislativo Municipal de Ladário/MS, ao Juízo da Infância e da Adolescência de Corumbá/MS, aos órgãos da rede de proteção de Ladário/MS e para a Procuradoria-Geral de Justiça para publicação no Diário Oficial do Ministério Público.

Corumbá/MS, 11 de setembro de 2023.

LUCIANO BORDIGNON CONTE  
Promotor de Justiça, em substituição legal

**DOURADOS****EDITAL Nº 0010/2023/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2023.00002292-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001029-5

Requerente: IMAM - Instituto de Meio Ambiente de Dourados /MS.

Investigado: Aparecida Lemes de Almeida e Edgar Lima de Almeida.

Assunto: Apurar a extensão dos danos ambientais decorrentes das intervenções em Áreas de Preservação Permanente - APP do Rio Dourados, bem como possível parcelamento do solo da Fazenda Cruzeiro do Sul (CARMS0075076), para formação de "ranchos", no município de Dourados/MS.

Dourados, 11 de setembro de 2023.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2023/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2023.00002292-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001031-8

Requerente: Laercio Ilário dos Santos.

Investigado: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL.

Assunto: Apurar as causas da ausência de rede de coleta de esgoto nas Ruas Gasparina de Matos, CRSD 15.16, General Osório, Manoel Ferreira Costa, RC e Av. Faria de Matos, que estariam incluídas no Programa de readequação de esgoto de 2012, cujas obras não teriam sido concluídas..

Dourados, 11 de setembro de 2023.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2023/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública o arquivamento da Notícia de Fato n. 01.2023.00007434-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Notícia de Fato nº 01.2023.00007434-6

Requerente: Raimundo Vagarin.

Assunto: Registrar notícia de edificação irregular na Aldeia Bororó, em frente à pedreira de Dourados/MS.

Dourados, 11 de setembro de 2023.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

**FÁTIMA DO SUL****AUTOS N. MP: 09.2023.00004091-2**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições

Objeto: Acompanhamento do processo seletivo e eleitoral de escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Jateí/MS.

**RECOMENDAÇÃO n. 0003/2023/02PJ/FSU**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2023.00004091-2, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 201, §5º, alínea "c", da Lei Federal n. 8.069/1990 (ECA), na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n. Resolução n. 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO o disposto no art. 139, §1º, da Lei n. 8.069/90, bem como o art. 14, da Resolução CONANDA n. 170/14 e o Edital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jateí/MS que, entre outras providências, fixou a data de 1º de outubro de 2023, para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 139, *caput*, da Lei n. 8.069/90 e art. 5º, inciso III, da Resolução n. 170/14, do CONANDA, compete ao Ministério Público a fiscalização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a isonomia entre todos os candidatos, assim como prevenir e coibir a prática de condutas abusivas e/ou desleais, que podem importar, inclusive, na quebra do requisito da “idoneidade moral”, expressamente exigido de todos os candidatos/membros do Conselho Tutelar pelo art. 133, da Lei n. 8.069/90;

CONSIDERANDO que, em decorrência de sua atribuição elementar de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a tomada das providências necessárias para que a campanha eleitoral, assim como a votação e apuração do resultado do pleito transcorram de forma regular;

RECOMENDA aos integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), bem como AOS CANDIDATOS HABILITADOS AO PROCESSO DE ESCOLHA em questão que observem as cautelas e vedações abaixo elencadas, relacionadas à campanha eleitoral e ao dia da eleição, sem prejuízo de outras previstas na legislação local, sob pena de adoção das medidas administrativas e criminais cabíveis:

1- É permitida a propaganda:

a) por meio de santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*;

b) mediante divulgação na *internet* desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

c) na *internet*, nas seguintes formas:

c.1) em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;

c.2) por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;



c.3) por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo;

d) por meio da participação em debates e entrevistas, desde que se garanta igualdade de condições a todos os candidatos.

## 2- É vedada a propaganda:

a) vinculada direta ou indiretamente a partido político ou que importe em abuso de poder político, econômico ou religioso. Vale ressaltar que não é vedada a filiação a partido, mas atividades que possam captar, por exemplo, sufrágio pela via da utilização de nome de Vereadores, Prefeitos, Secretários Municipais ou de agremiações políticas;

b) que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas;

c) feita por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;

d) que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito;

e) que perturbe o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

f) de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;

g) que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

h) de qualquer natureza colocada em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;

i) mediante *outdoors*, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos à imediata retirada da propaganda irregular;

j) por meio de rádio, televisão ou espaço de mídia em geral, mediante pagamento, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na internet;

k) mediante anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público.

## 3- É vedado, ao longo da campanha eleitoral:

a) confecção, utilização, distribuição por candidato ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;

b) a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral;

c) o uso de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;

d) a contratação ou utilização, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais;





e) o recebimento, direta ou indiretamente, de doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de: entidade ou governo estrangeiro; órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público; concessionário ou permissionário de serviço público; entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal; entidade de utilidade pública; entidade de classe ou sindical; pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior; entidades beneficentes e religiosas; entidades esportivas; organizações não governamentais que recebam recursos públicos; organizações da sociedade civil de interesse público;

f) a participação, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas.

4- No dia da eleição é ainda vedado aos candidatos e seus prepostos:

a) o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção comício ou carreata;

b) a arregimentação (recrutar ou reunir) de eleitores ou a propaganda de boca de urna;

c) o transporte de eleitores;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

f) É permitido no dia da eleição a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

6- É vedado aos fiscais dos candidatos, nos trabalhos de votação, a padronização do vestuário.

ALERTA, por fim, que o desrespeito às regras apontadas acima caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Ainda, importará na tomada das medidas judiciais cabíveis, inclusive no sentido da apuração da responsabilidade civil, administrativa e mesmo criminal dos agentes que, por ação ou omissão, violarem ou permitirem a violação das normas e princípios que regem o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, *ex vi* do disposto nos arts. 5º, 208 e par. único, 216 e 232, todos da Lei n. 8.069/90, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Expeçam-se notificações ao Município de Jateí/MS e à Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) de Jateí/MS para: (i) conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) dar ampla divulgação do teor da presente Recomendação Ministerial a todos os candidatos, assim como à população em geral de Jateí/MS, devendo para tanto: (iii) encaminhar cópias impressas a todos os candidatos, mediante recibo; (iv) imprimir e afixar cópias nos órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas, dando-lhe o devido destaque, juntamente com os demais editais publicados para divulgação do pleito e convocação dos eleitores, inclusive no Diário Oficial do Município; (v) imprimir e afixar cópias nos locais de votação; (vi) publicar cópia eletrônica na página do órgão e/ou da Prefeitura Municipal local na rede mundial de computadores; (vii) juntamente com a publicação de cópias da presente Recomendação, cabe ao CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) divulgar amplamente telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha, com o registro e fornecimento do protocolo respectivo e envio de cópia ao Ministério Público; (viii) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o(s) inerte(s); (ix) encaminhamento da relação dos aprovados/habilitados para o pleito, reiterando-se que o andamento de todas as fases do certame seja imediatamente comunicada a esta Promotoria de Justiça para conhecimento, independentemente de nova intimação ou notificação; (x) fixa-se o prazo de 10 (dez) dias para que sejam informadas as providências tomadas no sentido do cumprimento da presente Recomendação.





Expeçam-se ofícios e encaminhem-se cópias desta Recomendação aos Juízes de Direito da Comarca de Fátima do Sul/MS, à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Educação (*todas de Jateí/MS*), ao 3º Pelotão da Polícia Militar de Jateí/MS, à Delegacia de Polícia de Jateí/MS, ao Presidente da Câmara de Vereadores de Jateí/MS, ao Defensor Público Estadual atuante na Comarca, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do MPMS, para melhor conhecimento e divulgação.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 22 de agosto de 2023.

RODRIGO CINTRA FRANCO  
Promotor de Justiça

#### **AUTOS N. MP: 09.2023.00004094-5**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições

Objeto: Acompanhamento do processo seletivo e eleitoral de escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Vicentina/MS.

#### **RECOMENDAÇÃO n. 0004/2023/02PJ/FSU**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2023.00004094-5, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 201, §5º, alínea "c", da Lei Federal n. 8.069/1990 (ECA), na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n. Resolução n. 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO o disposto no art. 139, §1º, da Lei n. 8.069/90, bem como o art. 14, da Resolução CONANDA n. 170/14 e o Edital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vicentina/MS que, entre outras providências, fixou a data de 1º de outubro de 2023, para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 139, *caput*, da Lei n. 8.069/90 e art. 5º, inciso III, da Resolução n. 170/14, do CONANDA, compete ao Ministério Público a fiscalização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a isonomia entre todos os candidatos, assim como prevenir e coibir a prática de condutas abusivas e/ou desleais, que podem importar, inclusive, na quebra do requisito da “idoneidade moral”, expressamente exigido de todos os candidatos/membros do Conselho Tutelar pelo art. 133, da Lei n. 8.069/90;

CONSIDERANDO que, em decorrência de sua atribuição elementar de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a tomada das providências necessárias para que a campanha eleitoral, assim como a votação e apuração do resultado do pleito transcorram de forma regular;

RECOMENDA aos integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), bem como AOS CANDIDATOS HABILITADOS AO PROCESSO DE ESCOLHA em questão que observem as cautelas e vedações abaixo elencadas, relacionadas à campanha eleitoral e ao dia da eleição, sem prejuízo de outras previstas na legislação local, sob pena de adoção das medidas administrativas e criminais cabíveis:

1- É permitida a propaganda:



a) por meio de santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*;

b) mediante divulgação na *internet* desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

c) na *internet*, nas seguintes formas:

c.1) em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;

c.2) por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;

c.3) por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo;

d) por meio da participação em debates e entrevistas, desde que se garanta igualdade de condições a todos os candidatos.

## 2- É vedada a propaganda:

a) vinculada direta ou indiretamente a partido político ou que importe em abuso de poder político, econômico ou religioso. Vale ressaltar que não é vedada a filiação a partido, mas atividades que possam captar, por exemplo, sufrágio pela via da utilização de nome de Vereadores, Prefeitos, Secretários Municipais ou de agremiações políticas;

b) que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas;

c) feita por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;

d) que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito;

e) que perturbe o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

f) de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;

g) que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

h) de qualquer natureza colocada em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;

i) mediante *outdoors*, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos à imediata retirada da propaganda irregular;

j) por meio de rádio, televisão ou espaço de mídia em geral, mediante pagamento, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na internet;

k) mediante anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público.

## 3- É vedado, ao longo da campanha eleitoral:



a) confecção, utilização, distribuição por candidato ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;

b) a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral;

c) o uso de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;

d) a contratação ou utilização, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais;

e) o recebimento, direta ou indiretamente, de doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de: entidade ou governo estrangeiro; órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público; concessionário ou permissionário de serviço público; entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal; entidade de utilidade pública; entidade de classe ou sindical; pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior; entidades beneficentes e religiosas; entidades esportivas; organizações não governamentais que recebam recursos públicos; organizações da sociedade civil de interesse público;

f) a participação, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas.

4- No dia da eleição é ainda vedado aos candidatos e seus prepostos:

a) o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção comício ou carreata;

b) a arregimentação (recrutar ou reunir) de eleitores ou a propaganda de boca de urna;

c) o transporte de eleitores;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

f) É permitido no dia da eleição a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

6- É vedado aos fiscais dos candidatos, nos trabalhos de votação, a padronização do vestuário.

ALERTA, por fim, que o desrespeito às regras apontadas acima caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Ainda, importará na tomada das medidas judiciais cabíveis, inclusive no sentido da apuração da responsabilidade civil, administrativa e mesmo criminal dos agentes que, por ação ou omissão, violarem ou permitirem a violação das normas e princípios que regem o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, *ex vi* do disposto nos arts. 5º, 208 e par. único, 216 e 232, todos da Lei n. 8.069/90, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Expeçam-se notificações ao Município de Vicentina/MS e à Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) de Vicentina/MS para: (i) conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) dar ampla divulgação do teor da presente Recomendação Ministerial a todos os candidatos, assim como à população em geral de Vicentina/MS, devendo para tanto: (iii) encaminhar cópias impressas a todos os candidatos, mediante recibo; (iv) imprimir e afixar cópias nos órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas, dando-lhe o devido destaque, juntamente com os demais editais publicados para divulgação do pleito e



convocação dos eleitores, inclusive no Diário Oficial do Município; (v) imprimir e afixar cópias nos locais de votação; (vi) publicar cópia eletrônica na página do órgão e/ou da Prefeitura Municipal local na rede mundial de computadores; (vii) juntamente com a publicação de cópias da presente Recomendação, cabe ao CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) divulgar amplamente telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha, com o registro e fornecimento do protocolo respectivo e envio de cópia ao Ministério Público; (viii) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o(s) inerte(s); (ix) encaminhamento da relação dos aprovados/habilitados para o pleito, reiterando-se que o andamento de todas as fases do certame seja imediatamente comunicada a esta Promotoria de Justiça para conhecimento, independentemente de nova intimação ou notificação; (x) fixa-se o prazo de 10 (dez) dias para que sejam informadas as providências tomadas no sentido do cumprimento da presente Recomendação.

Expeçam-se ofícios e encaminhem-se cópias desta Recomendação aos Juízes de Direito da Comarca de Fátima do Sul/MS, à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Educação (*todas de Vicentina/MS*), ao 3º Grupamento de Polícia Militar de Vicentina/MS, à Delegacia de Polícia de Vicentina/MS, ao Presidente da Câmara de Vereadores de Vicentina/MS, ao Defensor Público Estadual atuante na Comarca, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do MPMS, para melhor conhecimento e divulgação.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 22 de agosto de 2023.

RODRIGO CINTRA FRANCO  
Promotor de Justiça

#### NOVA ALVORADA DO SUL

#### EDITAL Nº 0005/2023/PJ/NAAD

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2023.00001012-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Eventual irregularidade na concessão de emendas impositivas por parte da Câmara Legislativa Municipal de Nova Alvorada do Sul em favor de entidade privada.

Nova Alvorada do Sul/MS, 05 de setembro de 2023.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL  
Promotor de Justiça



---

**SÃO GABRIEL DO OESTE**

---

**EDITAL N.º 0024/2023/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2023.00005779-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste/MS.

Assunto: Acompanhar o Programa Família Acolhedora neste ano de 2023 no Município de São Gabriel do Oeste/MS.

São Gabriel do Oeste, MS, data da assinatura digital.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0025/2023/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00005462-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Mara Dionízio Pereira.

Assunto: Apurar situação de risco vivenciada pelos filhos de Mara Dionízio Pereira.

São Gabriel do Oeste, MS, data da assinatura digital.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

---

**SIDROLÂNDIA**

---

**EDITAL N.º 010/2023/3ªPJ-SDN**

A 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000281-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no processo licitatório do Pregão Eletrônico n. 84/2021.

Sidrolândia (MS), 11 de setembro de 2023.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça em substituição legal